

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VIVIANE LIMA RIBEIRO

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS: um estudo de caso em uma escola
da rede pública do município de Açailândia - MA

Açailândia

2024

VIVIANE LIMA RIBEIRO

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS: um estudo de caso em uma escola
da rede pública do município de Açailândia - MA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
em Pedagogia da Universidade Estadual da Região
Tocantina do Maranhão para o grau de Licenciada
em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Ma. Maiara Amorim Muniz

Açailândia

2024

R484i

Ribeiro, Viviane Lima

Inclusão de alunos com deficiências: um estudo de caso em uma escola da rede pública do município de Açailândia - MA / Viviane Lima Ribeiro. – Açailândia: UEMASUL, 2024.

43 f.

Monografia (Curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Açailândia, MA, 2024.

Orientadora: Profa. Ma. Maiara Amorim Muniz.

Educação. 2. Deficiências. 3. Inclusiva. 4. Educadores. I. Título.

CDU 376(812.1)

VIVIANE LIMA RIBEIRO

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS: um estudo de caso em uma escola da rede pública do município de Açailândia - MA

Monografia apresentada junto ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), para obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 29/02/2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

MAIARA AMORIM MUNIZ

Data: 05/03/2024 21:28:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Maiara Amorim Muniz (orientadora)

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão



Documento assinado digitalmente

FAUSTO RICARDO SILVA SOUSA

Data: 05/03/2024 21:12:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Fausto Ricardo Silva Sousa
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão



Documento assinado digitalmente

MYRNA TUANNY DA FONSECA ARAUJO SANTOS

Data: 05/03/2024 19:41:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Esp. Myrna Tuanny da Fonseca Araújo
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por diariamente me dar forças para continuar seguindo firme.

Mãe e Pai, obrigada por todo o apoio, compreensão e dedicação que vocês tiveram comigo durante todos esses anos, eu não poderia ser mais grata por tudo que vocês fizeram e fazem por mim. Irismar da Silva e Valter Guedes, eu amo vocês.

Família, vocês são incríveis, obrigada por tudo.

Profa. Ma. Maiara Amorim Muniz, eu não poderia ter escolhido uma melhor orientadora, agradeço a paciência e ajuda durante todo esse período.

RESUMO

Durante muitos anos, as pessoas com alguma deficiência, apresentavam dificuldades quanto a sua inserção em determinados ambientes, onde eram tratadas como incapazes de desenvolver atividades, de modo que, a ideia da inclusão representa a busca pela construção de uma sociedade baseada na democracia, onde os indivíduos possuem oportunidades para conquistarem seu espaço na sociedade. O principal objetivo desse estudo foi analisar o processo de inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola municipal de Açailândia - MA. Este estudo baseou-se no método qualitativo como modalidade de pesquisa, onde foi realizado um estudo de caso, em busca de observar a perspectiva de todos os indivíduos presentes na investigação, bem como coletar os dados necessários para o entendimento da dinâmica do fenômeno estudado. O questionário aplicado aos professores foi dividido em 8 (oito) perguntas, destinado aos professores da rede pública do município de Açailândia - MA. As perguntas foram elaboradas com o intuito de observar a percepção dos profissionais acerca da inclusão no ambiente escolar. As respostas dos participantes durante a entrevista proposta por esse trabalho demonstraram semelhanças entre si e antes de tudo, semelhanças com o que a literatura aborda sobre a inclusão de alunos com deficiência, principalmente acerca do desenvolvimento de metodologias pedagógicas específicas para os alunos de acordo com a sua individualidade e também pensando no coletivo.

Palavras-chave: Educação; Deficiências; Inclusiva; Educadores.

ABSTRACT

For many years, people with some disability presented difficulties regarding their insertion in certain environments, where they were treated as incapable of carrying out activities, so that the idea of inclusion represents the search for the construction of a society based on democracy, where Individuals have opportunities to conquer their space in society. The main objective of this study was to analyze the process of educational inclusion of students with special educational needs in a municipal school in Açailândia - MA. This study was based on the qualitative method as a research modality, where a case study was carried out, seeking to observe the perspective of all individuals present in the investigation, as well as collecting the necessary data to understand the dynamics of the phenomenon studied. The questionnaire applied to teachers was divided into 8 (eight) questions, aimed at public school teachers in the city of Açailândia - MA. The questions were designed with the aim of observing the professionals' perception of inclusion in the school environment. The participants' responses during the interview proposed by this work demonstrated similarities between them and, above all, similarities with what the literature discusses about the inclusion of students with disabilities, mainly regarding the development of specific pedagogical methodologies for students in accordance with their individuality and also thinking about the collective.

Keywords: Education; Disabilities; Inclusive; Educators.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Definição de conceitos relacionados à deficiência, segundo a Organização Mundial da Saúde. | 13 |
| Quadro 2 - Respostas da 1ª questão | 26 |
| Quadro 3 - Respostas da 2ª questão | 27 |
| Quadro 4 - Respostas da 3ª questão | 29 |
| Quadro 5 - Respostas da 4ª questão | 31 |
| Quadro 6 - Respostas da 5ª questão | 32 |
| Quadro 7 - Respostas da 6ª questão | 33 |
| Quadro 8 - Respostas da 7ª questão | 34 |
| Quadro 9 - Respostas da 8ª questão | 35 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

CID 10 - Código Internacional de Doenças

CNE - Conselho Nacional de Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

QI - Coeficiente de Inteligência

MEC - Ministério da Educação

NEEs - Necessidades Educacionais Especiais

IES - Instituições de Ensino Superior

OMS - Organização Mundial da Saúde

PCDs - Pessoas com Deficiências

PNE - Plano Nacional de Educação Inclusiva

TEA - Transtorno do Espectro Autista

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 DISCUSSÃO TEÓRICA | 13 |
| 2.1 Aspectos conceituais e históricos sobre a inclusão..... | 13 |
| 2.2 A inclusão na educação escolar..... | 18 |
| 2.2.1 <i>Preparação pedagógica na inclusão dos alunos com deficiência</i> | 21 |
| 3 METODOLOGIA | 24 |
| 3.1 Modalidade de Pesquisa | 24 |
| 3.2 Localização da área de estudo..... | 24 |
| 3.3 Sujeitos participantes da pesquisa | 24 |
| 3.4 Coleta e análise de dados | 25 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES | 26 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 36 |
| REFERÊNCIAS | 38 |
| APÊNDICES | 41 |
| Apêndice A – Roteiro de questionário | 41 |
| Apêndice B- Roteiro de Observação | 42 |

1 INTRODUÇÃO

A educação especial ocupa uma posição, antes de tudo, de um projeto integrador, na qual propõe a inclusão daqueles que não costumam ser inseridos em determinados ambientes. A ideia da inclusão representa a busca pela construção de uma sociedade baseada na democracia, onde os indivíduos possuem oportunidades para conquistarem seu espaço na sociedade, sendo a diversidade respeitada em junção com o reconhecimento político de suas diferenças e necessidades. Tais necessidades, ao serem abordadas como um desvio do padrão considerado “ideal” ou “normal”, não devem, quando comparadas, necessariamente serem acompanhadas de interações conflituosas (Santos; Klein, 2008).

Nessa perspectiva, os escritos de Vygotsky descrevem como as deficiências corporais estão diretamente relacionadas com as relações sociais das crianças, de modo que, o tratamento diferente recebido pela criança durante seu convívio social, tanto positivo quanto negativo, tende a afetar mais o indivíduo acima das suas interações diretas com o ambiente físico (Santos, Klein, 2008, Vygotsky, 2012).

No âmbito das instituições sociais, há um desafio permanente quando se trata de lidar com as diversidades entre os sujeitos, nos aspectos de raça, etnia, gênero e deficiências. Durante muitos anos, as pessoas com alguma deficiência, apresentavam dificuldades quanto a sua inserção em determinados ambientes, onde eram tratadas como incapazes de desenvolver atividades, essa realidade sofre mudança com o passar do tempo, a partir das legislações, na qual é responsável por determinar obrigatoriamente o amparo desses indivíduos por meio da sua inclusão.

No percurso da educação, durante os anos 50 e o início da década de 60, a inclusão pode ser definida como um instrumento de mobilidade social, responsável por auxiliar nas funções de socialização e de formação do indivíduo como cidadão. A educação sempre foi visualizada pela comunidade como uma oportunidade de ascensão à hierarquia que ocupava espaço na estrutura piramidal da sociedade, permitindo uma maior abertura do sistema de estratificação social (Dutra, 2014).

Desse modo, na legislação que promove o fenômeno da inclusão, observa-se a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996), onde descreve que é dever do Estado, garantir de forma gratuita a educação básica, entre elas a

educação inclusiva, em razão a garantir o ensino para todos os alunos sem considerar as limitações pessoais de cada aluno. Entretanto, a construção de uma escola inclusiva, representava um desafio para diversos educadores, a partir do modo em que a escola entendia os conceitos que abrangiam a inclusão. Com o surgimento da melhor conceituação e definição de inclusão, entende-se que o ato de incluir vai além de colocar todas as crianças dentro do ambiente escolar, mas de buscar metodologias pedagógicas mais eficientes para a obtenção de um desempenho social significativo e a formação de uma educação de qualidade.

É notório que, atualmente, o sistema de ensino carece um olhar especial para as práticas pedagógicas responsáveis por promover a educação inclusiva eficiente e com respeito à diversidade. Entre as funções a serem exercidas pela escola moderna, está o seu papel em auxiliar na construção do desenvolvimento emocional, social e cognitivo da criança, com a finalidade de atingir o seu último objetivo de torná-lo um cidadão. Desse modo, sabe-se que a inclusão de alunos com deficiências ocupou espaço no centro das discussões pedagógicas, todavia, na realidade do âmbito escolar, verifica-se que nem todos os agentes envolvidos na educação infantil estão aptos a aplicarem os métodos eficientes de educação inclusiva.

Nesse sentido, com o objetivo de entender os processos inseridos na inclusão e como este recurso ocorre na prática escolar de um aluno com deficiência, na discussão teórica desse trabalho em um primeiro momento deste trabalho, trabalhou-se acerca das teorias relacionadas à inclusão no âmbito escolar, destacando as principais políticas públicas desenvolvidas na formação da educação inclusiva.

Posteriormente, foram abordados os aspectos conceituais da inclusão, bem como o percurso histórico da inclusão de PCDs no mundo e no Brasil. Além disso, foi discutido sobre as principais leis que amparam os alunos na educação inclusiva no Brasil, previstas pela Constituição Federal. Bem como, descreveu-se os principais tipos de deficiências, suas definições e formas de diagnóstico, seguindo as orientações dos principais autores, uma vez que, estes tendem a divergir em relação às formas de classificação dos tipos de deficiências.

Em um terceiro momento, analisou-se a interação inclusão-educação, onde também coube a abordagem de algumas leis e resoluções responsáveis por contemplar a descrição dos direitos dos PCDs. Desse modo, na sua subdivisão, explorou-se acerca da preparação pedagógica dos educadores na inclusão dos alunos com deficiência, destacando as suas responsabilidades, funções e a influência

que o preparo pedagógico exerce nos alunos com necessidades específicas no ambiente escolar. Posteriormente, foi realizado um estudo de campo, com aplicação de questionário e observação no local de pesquisa.

Dessa forma, o principal objetivo desse estudo foi analisar o processo de inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola municipal de Açailândia -MA. Buscou-se observar como ocorre o processo de ensino para os alunos com deficiências no ensino fundamental, identificando as adaptações necessárias a serem desenvolvidas no ambiente escolar para a garantia da inclusão eficiente dos alunos.

Quanto aos objetivos específicos, foram eles: analisar como ocorre o processo de ensino para os alunos com necessidades especiais no ensino fundamental; Identificar as adaptações necessárias no ambiente escolar para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais; Realizar um levantamento qualitativo com os docentes da escola sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais; Acompanhar o sujeito do estudo durante a execução de atividades do processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos conceituais e históricos sobre a inclusão

A educação inclusiva pode ser entendida como um novo método de trabalho com o aluno, devendo ser aprendida e executada por toda a comunidade escolar. Muito questiona-se acerca do conceito de inclusão, dando palco a reflexões e debates sobre a temática. A inclusão pode ser entendida como o direito de todos, o alcance continuado da vida em comunidade, em contrapartida, tal comunidade deve estar orientada para acolher a diversidade humana. Além disso, o exercício da inclusão deve estar acompanhado do esforço e desenvolvimento de estratégias em equiparação de oportunidades dos diversos tipos de desenvolvimento para estes alunos, tanto no ambiente escolar, quanto fora (Correia, 2014).

Os conceitos acerca de deficiência, costumam sofrer alterações ao longo do tempo, passando por frequentes revisões, desse modo, a Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 1976, apresentou durante a sua IX Assembléia, a definição para conceitos que possuem interligação entre si (Dorval, 2006).

Quadro 1 - Definição de conceitos relacionados à deficiência, segundo a Organização Mundial da Saúde.

| | | |
|---------------------|------------|---|
| Deficiência | Disability | A deficiência é definida como uma possível sequela, traduzida em perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. |
| Incapacidade | Handicap | A incapacidade é resultante da deficiência, e corresponde a qualquer redução ou falta de capacidades para exercer uma atividade dentro dos padrões considerados para realizar atividades ou desenvolver habilidades consideradas normais ao ser humano. |

| | | |
|--|---|--|
| <p style="text-align: center;">Desvantagem ou Impedimento</p> | <p style="text-align: center;">Disadvantage ou Impediment</p> | <p>Desvantagem é a dificuldade ou impossibilidade da pessoa em desempenhar papel social condizente com sua idade, sexo e outros fatores sociais e culturais levados em conta neste caso.</p> |
|--|---|--|

Fonte: Doval, 2006.

A terminologia da inclusão, surgiu na década de 70, onde foi publicado no Informe Warnock, a discussão sobre os termos pejorativos para indivíduos com deficiências, possuindo o objetivo de incentivar o desuso de tais termos na Inglaterra, no ano de 1974. Além dessa iniciativa, este documento foi responsável por utilizar o conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) e, a partir disso, houve a promoção da integração de diversos alunos com deficiência nas instituições comuns de ensino, crescendo o número de pessoas com deficiência com acesso ao ensino regular por muitos países (Correia, 2014).

O percurso histórico da inclusão mostra que esta ultrapassou diversas fases, em tempos distintos, fazendo parte de inúmeras culturas. A história da inclusão inicia-se na Grécia, durante a Idade Antiga, onde podia ser observado uma grande exclusão social das crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, seja física ou mental. Deste modo, as abandonavam ou eliminavam, uma vez que a população da época acreditava que estes indivíduos não podiam fazer parte da sociedade, desprovidos de chance e direito de participação no convívio social (Correia, 1999).

Durante a Idade Média, estes indivíduos também sofriam o processo de marginalização, na qual, tinha como justificativa a crença em questões sobrenaturais, onde estes sujeitos eram perseguidos ou mortos. Algumas famílias costumavam esconder seus filhos que nasciam com alguma deficiência, a fim de preservar a sua vida, privando-os de uma relação social. No Brasil, a história da inclusão, iniciou-se por meio do atendimento às pessoas com deficiências em abrigos, especialmente nas chamadas Santas Casas, por volta do século XVIII (Frias; Menezes, 2008).

No ano de de 1988, por meio da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, houve um avanço significativo da educação, tendo em vista que, um dos princípios seguidos na carta é a garantia da dignidade humana, assim como o direito

à igualdade e à educação. A inclusão escolar de todos os alunos é determinada a partir do artigo 206, Inciso I, onde: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988, s/p).

A partir disso, no século XX, houve uma alteração na configuração da inclusão, onde uma abordagem médico-pedagógica foi estabelecida, com o objetivo de centralizar e explicar a deficiência em suas causas biológicas. No ramo da Psicologia, novas teorias surgiram para entender o processo de aprendizagem, ressaltando técnicas e estratégias de ensino de acordo com a necessidade de cada aluno em ambiente escolar. Ao longo do tempo, foi surgindo o aprimoramento de estudos em Educação Especial e inclusiva no Brasil, para observar os fatores relacionados no auxílio do ensino de alunos com necessidades especiais (Frias; Menezes, 2008).

No ano de 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP pelo Ministério da Educação (MEC), buscando gerenciar a educação inclusiva no Brasil, com potencial integracionista. Este programa foi responsável por impulsionar diversas ações educativas direcionadas às pessoas com deficiência e aos indivíduos com superdotação (Gabeloni, 2009).

Já no ano de 1994, houve a proclamação pela Declaração de Salamanca, na qual indicava que as escolas regulares com orientação inclusiva, deveriam buscar meios mais eficazes para o combate à discriminação e preconceito, além de relatar que os alunos com deficiências deveriam ter acesso pleno ao ensino regular, conforme o seguinte princípio: “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Gabeloni, 2009, p. 13).

Desse modo, vale destacar que ao pensar em educação inclusiva, cabe o questionamento sobre as diversas concepções de educação e da função da escola no processo de aprendizado na realidade atual. É evidente que a educação escolar possui o papel de proporcionar o desenvolvimento cognitivo, psicológico, social e afetivo aos indivíduos participantes do processo educacional, com o objetivo de prepará-los para a sua cidadania plena na sociedade. A história da educação brasileira possui uma abordagem seletiva em relação ao privilégio da educação, na qual a educação inclusiva defende exatamente o contrário, fortalecendo o pensamento de que todos os indivíduos possuem o direito de usufruir dos benefícios educacionais (Nozi; Vitaliano, 2012).

A abordagem da temática de inclusão educacional dos alunos com necessidades especiais é de total relevância para atingir o principal objetivo da educação, que consiste em transferir conhecimentos sem distinção de aspectos físicos e mentais para todos os alunos. A inclusão surge com um papel fortalecedor na garantia desse direito para os alunos com necessidades especiais, buscando alcançar a efetividade do aprendizado daquele educando juntamente com os demais.

O conceito de deficiência definido pela Convenção de Guatemala e internalizado pela Constituição da República Federativa do Brasil, a partir do decreto n 3.956/2001, no artigo 1, afirma que é “uma restrição, física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.”(Brasil, 1996). Por meio desta definição, a deficiência é ratificada como uma situação e condição que apresenta potencial de interferir no exercício pleno de vida do indivíduo.

Nesse mesmo caminho, tem-se o Estatuto da Pessoa com Deficiência, do ano de 2015, determinado pela lei de n 13.146/2015, reconhecida como a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual foi criada com o objetivo de promover o exercício dos direitos e liberdades da pessoa com deficiência, em condições de igualdade, principalmente relacionado a inclusão social (Pereira; Santos, 2020).

Tendo isso em vista, o conceito de deficiência mental possui divergências associadas à dificuldade de diagnóstico. O diagnóstico de deficiência mental, durante muitos anos, utilizou a medida do coeficiente de inteligência (QI) para definir casos de deficiência mental para um determinado paciente. Além disso, cabe ressaltar que o Código Internacional de Doenças (CID 10), utiliza o coeficiente de inteligência para definir o retardo mental (F70-79), classificado como leve, moderado e grave, estipulado de acordo com o comprometimento da condição (Gabeloni, 2009).

Outra condição de deficiência que também pode ser evidenciada, é a diminuição da audição, na qual é responsável por produzir uma redução na percepção de sons, dificultando a compreensão e o entendimento das palavras. O diagnóstico de surdez é realizado por um teste de audição chamado de audiometria, em que determina os graus de surdez, variando de perda auditiva de grau leve, moderada e severa. A surdez proporciona um aprendizado acompanhado de dificuldades, uma vez que não ouvem aquilo que está sendo explicado pelo professor, atrapalhando o

entendimento do conteúdo, podendo desenvolver problemas de linguagem (Gabeloni, 2009).

Entre os tipos de deficiência, há divergência quanto à classificação, sendo que alguns autores afirmam a separação dos tipos de deficiência em três classes, sendo elas as deficiências físicas (malformações, amputações ou sequelas, associadas à função motora), deficiências sensoriais, em que se dividem em deficiências visuais (cegueira parcial ou total) e deficiências auditivas (surdez parcial ou total) e deficiências mentais. Nesse sentido, a deficiência múltipla ocorre quando há a presença de duas ou mais deficiências no mesmo indivíduo (Schneider, 2019).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2023 apresentou dados no módulo de Pessoas com Deficiência, lançada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que no Brasil, a população com deficiência estima-se em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, correspondendo a 8,9%, na qual apresentam algum tipo de deficiência, seja visual, física, auditiva, mental ou intelectual. Segundo os dados da pesquisa, a deficiência visual destaca-se em primeiro lugar com 18,6% da população brasileira acometida pela condição, em seguida, a deficiência física apresenta-se em 7% da população, a deficiência auditiva afeta 5,10% e a deficiência mental ou intelectual atinge cerca de 1,40% da população brasileira (IBGE, 2022).

Existem muitos tipos diferentes de necessidades especiais e ainda existem pessoas que precisam de ajuda especial durante o percurso da sua existência. Dessa forma, leis são promulgadas com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade, auxiliando na prática social destes indivíduos, assim como é ofertado por direito (Pereira; Silva, 2021).

A inclusão do aluno com deficiência no meio escolar vai além da integração, o método integrativo tende a ignorar as dessemelhanças dos indivíduos, favorecendo a exclusão de tratamentos especiais que poderiam ser concedidos a um aluno especial. O ambiente escolar deve estar preparado para acolher e adaptar o aluno à escola regular, respeitando as suas diferenças e singularidades. Ao pensar na inclusão como um processo de integração, sabe-se que

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional

que considera as necessidades de todos os alunos, estruturado em função dessas necessidades (Mantoan, 2015, p. 28).

É importante ressaltar que além do meio escolar e os ambientes de controle social indireto (escolas, creches e igrejas), a sociedade em geral deve possuir mecanismos para a inclusão de pessoas com deficiência, promovendo maior visibilidade às pautas acerca do combate às desigualdades em suas diversas esferas que afetam as PCDs (Pereira; Silva, 2022).

A educação inclusiva tem provado ser muito importante para ajudar crianças e jovens com necessidades educativas especiais a desenvolver competências e habilidades que possam utilizar na vida cotidiana, assim, com o passar do tempo, surgiu a necessidade de adaptar os currículos, utilizando novas metodologias para que a inclusão social não permaneça apenas no contexto teórico. Cabe ressaltar, também, a importância de proporcionar o acesso e permanência ao ensino regular para os alunos que de alguma forma ou em algum momento foram excluídos do sistema formal de ensino (Pereira; Silva, 2022).

2.2 A inclusão na educação escolar

A educação inclusiva é baseada na lei 7.853, desenvolvida no ano de 1989, presente na Constituição Federal. Tal lei, corresponde ao apoio e integração da inclusão social de pessoas com deficiência, na qual é descrito em seu 1º artigo:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito (Brasil, 1988).

Nesse sentido, a educação inclusiva torna-se dos alunos com deficiência, caracterizando-se como uma necessidade na prática escolar. Entretanto, na realidade escolar, encontram-se algumas dificuldades para o desenvolvimento da educação inclusiva para alunos com deficiências, geralmente relacionadas a fatores financeiros. Desse modo, a Política Nacional da Educação Inclusiva foi desenvolvida a partir de ações governamentais com o intuito de criar estratégias para o exercício da educação inclusiva (Pinheiro, 2020).

A Resolução CNE/CP nº 1/2002 determina Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente, buscando contemplar conhecimentos acerca da diversidade dos estudantes com deficiência e estudantes com necessidades educacionais. Os aspectos da legislação evidenciam a necessidade do desenvolvimento de uma educação especializada de acordo com cada necessidade dos alunos, relacionada aos fatores sociais e culturais de cada indivíduo (Jesus, 2015).

O Plano Nacional de Educação Inclusiva (PNE), permite às redes de ensino, apoiar o planejamento e desenvolvimento de instalações nas escolas, tanto na arquitetura, quanto na pedagogia, uma vez que estas, sejam acessíveis a todos, da mesma forma que o próprio ensino regular é desenvolvido. Além disso, ressalta-se que durante muito tempo foi vigente o pensamento de que a educação especial deveria ser separada da educação regular, em que foi alterado a partir da Declaração de Salamanca, estruturada com o objetivo de promover a educação inclusiva e enfatizar a acessibilidade para alunos com deficiência (Pinheiro, 2020).

Apesar da Constituição Federal determinar com processo legais, acerca da inclusão escolar, exigindo que as escolas abram as portas para incluir os alunos que necessitam, onde torna-se imprescindível a qualidade da formação dos profissionais para lidar corretamente com os alunos, o ensino brasileiro ainda carece de profissionais com esse perfil no contexto da escola pública. A maioria deles afirma não estar preparada para lidar com todos os tipos de síndromes, deficiências e outras deficiências dos educandos. Geralmente, a partir desses fatores, ocorre a integração do aluno ao ensino regular, porém o processo de ensino e aprendizagem não é eficiente para o aluno que tenha alguma deficiência (Gabeloni, 2009).

Continuando a olhar para este contexto, fica claro que a inclusão deve começar pela instituição básica, a família, e fluir para diversas instituições sociais. Acrescentando a este fato, deve-se lembrar que a inclusão por si só não é suficiente, e há uma clara necessidade de manter práticas inclusivas no processo de vivência. É evidente que a mudança que as escolas necessitam ter, para estarem aptas a acolher estes alunos, porém, inúmeros são os fatores relacionados à estruturação de um ambiente adaptado para a integração efetiva dos alunos com deficiências (Lucero et al, 2019).

Torna-se necessário redefinir alternativas educacionais que proporcionem oportunidades iguais de aprendizagem para todos os alunos e coloquem as questões de aprendizagem no centro. Além disso, deve ser seguida a premissa de que cada

aluno tem seu ritmo de estudo e aprendizagem, na qual, esse tempo deve ser respeitado (Lucero et al, 2019).

O fenômeno da inclusão está altamente relacionado com comprometimento e planejamento de políticas públicas, juntamente com o auxílio da comunidade escolar e da família, com a finalidade de buscar oportunidades de aprendizagem, com estratégias direcionadas para a singularidade de cada indivíduo. Ao pensar em inclusão, o ambiente escolar deve ser entendido como um lugar onde ocorre inúmeras diferenças, tendo isso em visto, uma escola em que cada educando entenda as diferenças dos outros indivíduos presentes e as respeitem de acordo com cada deficiência, pode ser definida como uma escola inclusiva (Dutra, 2014).

Ressalta-se que um ambiente onde há respeito e valorização à diversidade de cada indivíduo, é essencial para a construção da identidade pessoal de cada aluno. A educação especial é destinada, principalmente, aos alunos com deficiência, condutas atípicas ou altas habilidades, além disso, é considerada pela Constituição Federal como um direito inegável a todos os indivíduos (Dutra, 2014).

Durante as fases escolares do indivíduo, o aluno com deficiência tende a encontrar diversas dificuldades quanto ao ambiente, em que geralmente não está preparado para realizar o acolhimento daquele aluno de forma efetiva. Juntamente com o aluno, o docente também se depara com uma realidade diferente dos conceitos aprendidos em aulas teóricas durante o curso da sua graduação (Lucero, et al., 2019).

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), relata que a educação especial se trata de uma forma enriquecida da educação vista num contexto geral, contribuindo fortemente para a integração na sociedade de pessoas com deficiência, condutas atípicas ou altas habilidades (Dutra, 2014).

A respeito da educação escolar inclusiva na prática, é evidente que

Incluir não consiste apenas em matricular alunos com necessidades especiais nas escolas, ignorando suas peculiaridades. Ou seja, colocar alunos na sala de aula e esquecer que entre eles há crianças carentes de uma atenção especial, cabe à escola adotar um perfil de acolhida e apoio simultâneos, pois tanto o professor quanto o aluno precisarão de tal suporte necessário à ação pedagógica; assim, com esse apoio, efetiva-se uma aprendizagem de sucesso (Dutra, 2014, p. 24).

Ao longo da história, a educação especial obteve diversas conquistas quanto aos seus objetivos, porém em alguns países a realidade da inclusão permaneceu na sua forma teórica. A discussão da inclusão das minorias atingiu níveis internacionais,

para a análise das estratégias de aprendizagem destinadas a estes indivíduos, sendo discutido em diferentes esferas sociais e educacionais, representando um grande avanço para as pessoas com deficiência (Correia, 2014).

Desse modo, o Plano Nacional de Educação, criado no ano de 2001, é utilizado para enfatizar a urgência de profissionais preparados para assistir e disseminar conhecimento para os alunos com necessidades educacionais especiais. Demonstrando assim, o dever das Instituições de Ensino Superior (IES) em formar profissionais qualificados e especializados para atender os educandos com deficiência (Correia, 2014).

Sendo assim, o crescimento da inclusão escolar tende a criar conceitos distintos de escola, com a presença de uma sociedade mista e aberta a novas possibilidades e ideias. Esta construção de educação, possibilita a transformação do ambiente escolar em um local alegre e rico em relação ao processo ensino e aprendizagem (Lucero, et al., 2019).

2.2.1 Preparação pedagógica na inclusão dos alunos com deficiência

A formação docente dos educadores possui grande complexidade, porém alta relevância no funcionamento prático da inclusão no ambiente escolar. Mendes (2008, p. 342), determina que “uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar”. É evidente que a questão da inclusão escolar está diretamente associada com a capacitação dos professores e da gestão pedagógica da escola, visto que, estes serão os profissionais responsáveis pela elaboração do projeto de inclusão em suas respectivas instituições, bem como, serão estes que irão preparar a equipe escolar para realizar a implementação do projeto no espaço escolar (Kafrouni; Pan, 2001).

Sabe-se que o professor ocupa um espaço de mediador entre o aluno e as informações expostas em aula, sendo este o principal precursor do conhecimento. Este profissional possui em suas atribuições, a função de atuar no desenvolvimento de situações pedagógicas para o avanço de desempenho do aluno com necessidades especiais, em que este aluno avance o seu potencial cognitivo e social, quebrando as barreiras existentes na sociedade. O professor deve elaborar atividades diversas, pensando principalmente nos diversos tipos de inteligência, além de respeitar as diferenças de cada aluno (Oliveira et al., 2019).

Quanto à posição do educador com o educando com deficiência, observa-se que

A relação do professor com os alunos com necessidades educacionais especiais, deve acontecer de forma sensível, uma vez que estes têm a tarefa de incluí-los na sala de aula tratando-os com a devida atenção. E mesmo entendendo a inclusão como algo abrangente diante da diversidade em si, é importante ainda que o professor que possui em suas salas de aula, tenha um olhar cuidadoso e um pouco mais detalhado (Siqueira; Ferreira, 2021, p. 5).

Um dos principais fatores relacionados à inclusão escolar e a qualidade pedagógica aplicada no ensino, trata-se da adaptação curricular, na qual é decorrente da confiança que os professores ganham através da formação. É evidente que as grades curriculares dos cursos de ensino superior em pedagogia, acerca da discussão de estratégias inclusivas para alunos com deficiência, possuem carga horária relativamente baixa, destinada a este estudo, prejudicando a reflexão sobre a necessidade de uma prática integral e de qualificação docente (Pinheiro, 2020).

Geralmente, os cursos de graduação em pedagogia, enfatizam os modelos de aprendizagem tradicionais que exigem que os alunos sejam capazes de reproduzir conhecimentos, não conseguindo estimular a criatividade e beneficiar do conhecimento e das experiências individuais que os alunos trazem consigo. Isso dificulta a interação com os alunos com deficiência, uma vez que, estes possuem características idiossincráticas que podem ser exploradas, mas são limitadas pelas atividades a serem realizadas e pelo tradicionalismo da educação, o que também se reflete na organização dos espaços escolares (Pinheiro, 2020).

Sendo assim, sabe-se que

Um dos principais aspectos a serem vistos pelos sistemas de ensino diz respeito à formação dos professores, especialmente aqueles das classes comuns, que além de necessitarem de capacitação e apoio precisa preparar-se para receber o aluno com deficiência, que para muitos professores, até então, era totalmente desconhecido. Assim, faz-se necessário que o professor esteja preparado para receber o “novo aluno”, para que a inclusão não seja somente física, mas que haja uma aprendizagem significativa para todos os alunos (Correia, 2014, p. 21).

Nesse sentido, observa-se a importância da atuação do docente na influência da qualidade de aprendizagem para o aluno com necessidades educacionais especiais, visto que este deve estar habilitado a buscar intervenções para a construção de uma proposta inclusiva no âmbito escolar (Rocha, 2017). A equipe de gestão escolar possui como responsabilidade o desenvolvimento de medidas para a

integração destes alunos no processo de ensino, de modo a garantir a participação do aluno durante as aulas e a aquisição efetiva do conhecimento aplicado a partir dos conteúdos lecionados.

3 METODOLOGIA

3.1 Modalidade de Pesquisa

Este estudo baseou-se no método qualitativo como modalidade de pesquisa, onde foi realizado um estudo de caso, em busca de observar a perspectiva de todos os indivíduos presentes na investigação, bem como coletar os dados necessários para o entendimento da dinâmica do fenômeno estudado. É importante ressaltar que a abordagem qualitativa tem como base a compreensão que existe uma relação dinâmica entre o mundo e o sujeito, há um vínculo entre o sujeito, sua subjetividade e o objeto de estudo. Esse objeto não pode ser visto como algo inerte, pois é dotado de significados e relações, atribuídos a eles pelos sujeitos em suas ações (Chizzotti, 2001).

3.2 Localização da área de estudo

A escola na qual foi desenvolvida a pesquisa fica localizada no município de Açailândia no estado do Maranhão. Trata-se de uma rede de ensino público infantil, onde registram-se cerca de 328 matrículas e 14 professores. Possui em sua classificação educacional o ensino fundamental, do 1º ano ao 5º. Neste ambiente, são realizadas atividades como o apoio escolar em matemática e português.

3.3 Sujeitos participantes da pesquisa

A pesquisa contou com a participação de 3 professores, além de ter sido selecionado 1 educando para a realização do estudo de caso. Esta aluna foi selecionada para a observação participante, a partir de alguns parâmetros definidos, sendo eles: 1 (um) - Possuir idade entre 4 a 7 anos; 2 (dois) - Possuir diagnóstico médico; 3 (três) - Apresentar dificuldades educativas em mais de uma disciplina. A aluna escolhida estava no 5º Ano e possui diagnóstico de TEA.

A escolha dos parâmetros se baseia no entendimento de que crianças nessa faixa-etária encontram-se em uma importante etapa do desenvolvimento infantil. Os critérios de já ser uma criança com diagnóstico e ter dificuldades em mais de uma disciplina ajudam a refinar o público para se aproximar dos objetivos dessa pesquisa.

3.4 Coleta e análise de dados

A coleta de dados realizou-se em duas etapas. Na primeira etapa, aplicou-se um questionário com oito questões abertas (Apêndice A) com os professores da escola selecionada. Este recurso foi efetuado para o levantamento de informações relevantes acerca da percepção dos profissionais sobre a educação inclusiva, bem como das práticas desenvolvidas por estes nesse âmbito. O questionário foi feito em formato online, utilizando o recurso Formulários do Google.

Na segunda etapa, foram realizadas observações relacionadas aos participantes, registradas a partir de relatórios. Neste tipo de estudo, há o contato do pesquisador com o fenômeno estudado, em busca de verificar as ações comportamentais do sujeito em seu contexto natural, identificados por meio da sua perspectiva (Chizzotti, 2019). Para a sua realização, foram utilizados: caderneta, prancheta e instrumentos para fotografia das atividades.

As respostas de cada pergunta do questionário foram analisadas em blocos separadamente e ao final foi possível ter uma visão geral dos dados coletados. Assim, realizou-se uma análise qualitativa de conteúdo, conforme explanado por Laville e Dione (1999).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário aplicado aos professores foi dividido em 8 (oito) perguntas, destinado aos professores da rede pública do município de Açailândia - MA. As perguntas foram elaboradas com o intuito de observar a percepção dos profissionais acerca da inclusão no ambiente escolar. A partir das respostas obtidas durante a entrevista aplicada, verificou-se que todos os participantes concordaram sobre a importância da inclusão dos alunos com deficiência.

A primeira questão teve como objetivo investigar a importância do trabalho colaborativo na inclusão educativa no ensino regular e qual a sua influência no processo de inclusão escolar. Notou-se que os participantes entraram em consenso sobre a relevância de realizar um trabalho em equipe entre os professores e gestores de uma escola, em busca de garantir um processo eficiente de inclusão.

Quadro 2- Respostas da 1ª questão

| |
|---|
| <p>1. Qual a importância do trabalho docente colaborativo em uma educação inclusiva de qualidade?</p> |
| <p>1PR - Permite o desenvolvimento de estratégias adaptativas, e contribui para uma cultura inclusiva na escola.</p> |
| <p>2PR - Favorece a aprendizagem de todos os alunos, a articulação entre os professores para avançar na superação dos desafios no processo educacional.</p> |
| <p>3PR - A parceria entre professores da educação comum e especial é de suma importância, pois ela favorece o aprendizado dos alunos fazendo com que eles avancem e superem todos os desafios.</p> |

Fonte: autoria própria, a partir dos dados do questionário.

A partir das respostas obtidas no primeiro questionamento, foi possível observar os benefícios do trabalho colaborativo na garantia da inclusão, de modo que a discussão entre os servidores sobre as práticas pedagógicas a serem aplicadas na assistência ao aluno com deficiência, representa um meio essencial para a realização de um ensino de qualidade. Diversas pesquisas, apontam o trabalho colaborativo

como um instrumento facilitador no processo de ensino e aprendizagem, na qual as escolas colaborativas ocupam um espaço de maior sucesso em relação à aplicação de estratégias para lidar com altos índices de evasão, repetência e insatisfação dos profissionais no meio de trabalho (Santos; Klein, 2008).

O participante 3PR destaca acerca da cooperação entre os professores, na qual trata-se de um fator importante, possibilitando a partilha de saberes entre os professores, tanto do ensino comum, quanto da educação especial. Além disso, tal parceria, irá estimular a discussão de metas e a análise de adaptações necessárias no currículo escolar, com a finalidade de obter sucesso na aprendizagem dos alunos PCDs.

Marques e Duarte (2013 apud Silva, et al., 2020), afirmam em seu estudo que o Ensino Colaborativo pode ser definido como um trabalho de parceria entre os professores do ensino regular e do ensino especial, de modo que estes são responsáveis pelo planejamento e partilha dos objetivos de trabalho para os alunos com deficiência. O compartilhamento de saberes entre os educadores representa um processo de formação de gestão do conhecimento, onde os envolvidos na inclusão escolar, auxiliam no desenvolvimento de práticas e recursos tecnológicos para facilitar o compartilhamento de conhecimentos e estratégias pedagógicas entre os docentes.

Ao serem questionados sobre o planejamento de atividades e avaliação da aprendizagem dos alunos com deficiência, os participantes da entrevista apresentaram respostas diferentes, mas que se complementam, em termos de práticas pedagógicas na educação especial.

Quadro 3 - Respostas da 2ª questão

| |
|---|
| 2. Como você faz para planejar atividades e avaliar a aprendizagem dos alunos com deficiência? |
| 1PR - Requerem metodologias individualizadas, envolvendo conhecimento das necessidades específicas. |
| 2PR - Estabeleça um ambiente de confiança; Divida o conteúdo e a avaliação em pequenas partes; Revise o conteúdo antes da avaliação; Adote diferentes formas |

de avaliar os alunos; Trabalhe com estratégias diferentes para cada tipo de deficiência; Ajude com a avaliação, caso necessário.

3PR - Busco sempre observar as dificuldades de cada aluno, para poder trabalhar atividades em grupos e também individuais, e ajudo nas atividades sempre que necessário...

Fonte: autoria própria, a partir dos dados do questionário.

A partir disso, observa-se que a inclusão no âmbito das instituições de ensino é acompanhada de diversos desafios, de modo que exige a aplicação de conhecimentos de todo o corpo docente e técnico. Ademais, é essencial que haja uma capacitação específica para o desenvolvimento de políticas e práticas de planejamento de ensino. É indispensável a adequação de procedimentos educacionais baseados nas habilidades e competências coletivas e individuais dos alunos (Silva; Miguel, 2020), assim como discorrem os participantes 1PR e 3PR, acerca da observação e da elaboração de atividades coletivas e individuais para os alunos.

Pensando nisso, evidencia-se que

[...] para cada caso específico de aprendizagem (leitura, escrita e cálculo), a escola necessita aprimorar e adaptar as estratégias de ensino apropriado. Para lidar com as complexidades da forma do aluno internalizar determinado conhecimento, é necessário desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem diferenciadas e adequadas, visando potencializar o desenvolvimento do aluno. A escola, mais especificamente o professor, para elaborar práticas inclusivas, necessita compreender quais estratégias ou atividades ativam os sistemas funcionais, bem como quais funções executivas cognitivas diante de exercícios motivadores que aguçam as expectativas dos educandos (Silva; Miguel, 2020, p. 882).

A identificação de metodologias de ensino auxiliadoras no processo ensino e aprendizagem, bem como a participação de todos os envolvidos no processo de inclusão, são fatores relevantes para a promoção e garantia da inclusão eficiente para estes alunos. Os gestores, docentes e servidores, precisam estar cientes sobre as suas funções na atuação de estimuladores do prazer em aprender através de metodologias pedagógicas, na qual são considerados também, responsáveis por despertar autonomia, incentivar o aluno a compreender o contexto/sentido do conteúdo abordado em sala de aula (Silva; Miguel, 2020).

Nesse sentido, o participante 2PR ressalta em sua resposta sobre a criação de um ambiente de confiança para o aluno e a importância do trabalho específico para cada tipo de deficiência. Silva e Miguel (2020) destacam que é necessário que o educador transforme a sala de aula em uma espécie de “oficina”, na qual terá como finalidade exercitar o raciocínio em segmentos formais e informais, permitindo ao aluno o aprendizado de liderança, resolução de problemas e conflitos, e a prática da objetividade.

Seguindo a mesma linha da 2PR, o estabelecimento de confiança entre educador e o aluno é de suma importância, pois ele (a) precisa se sentir confortável com sua presença. Isso pôde ser observado pela pesquisadora ao longo da realização da pesquisa de campo, momentos nos quais foi necessário a demonstração de confiabilidade e acolhimento para que a estudante acompanhada pudesse se sentir bem, ouvir e entender o papel de auxílio que a pesquisadora iria desempenhar naquele contexto. No decorrer das observações-participantes, foi possível avaliar a aluna em pequenos avanços: se no início ela não permanecia em sala, não realizava as atividades, esses hábitos foram se modificando, tornando-se mais participativa.

Aos docentes, questionou-se também sobre os suportes essenciais para os alunos com deficiência. Os entrevistados citaram exemplos de suportes intelectuais e de estratégias acerca da adaptação dos alunos com deficiência.

Quadro 4 - Respostas da 3ª questão

| |
|---|
| 3. Na sua opinião, quais os suportes essenciais para alunos com deficiência? |
| 1PR - Recursos didáticos adaptados, apoio pedagógico individualizado, avaliações acessíveis, capacitação de professores e colaboração com profissionais especializados. |
| 2PR - Conheça o perfil dos seus alunos. O primeiro passo para oferecer aulas inclusivas, sem dúvida, é entender que todo ser humano é diferente; tenha intencionalidade; pense sobre integração em aulas inclusivas. |
| 3PR - Garantir matrícula em turmas comuns e investir na formação de docentes... |

Fonte: autoria própria, a partir dos dados do questionário.

Em relação à garantia de oferta de suporte pedagógico e institucional para os alunos com deficiência, é importante ressaltar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, no Art. 59, na qual determina que

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (Brasil, 1996, s/p).

Assim como os participantes responderam na pergunta descrita anteriormente, para promover um ensino de qualidade para um aluno com deficiência é indispensável o investimento na capacitação dos professores. Samuel et al. (2016), destacam que os professores, geralmente, não se sentem seguros para a realidade de ter um aluno com deficiência em sala de aula, a passo que se torna necessário a realização de cursos que permitam diversas reflexões sobre a inclusão, de carga horária pequena e com temáticas específicas.

Quando capacitados, os professores afirmam que a realidade em sala de aula distorce bastante da teoria, onde há uma dificuldade presente em aplicar os pontos discutidos na especialização em prática no ambiente educacional. Além disso, Samuel et al. (2016), também ressaltam que a capacitação dos professores na inclusão de alunos com deficiência não diz respeito aos especialistas em deficiência, como por exemplo um especialista em libras (língua brasileira de sinais) e leitura labial, o professor trata-se de um regente de classe, onde tem como função trabalhar os conteúdos de forma clara e educativa, buscando o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

Na questão quatro (4), o questionamento foi sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e como ocorre o funcionamento deste recurso.

Quadro 5 - Respostas da 4ª questão

| |
|---|
| 4. Como funciona o Atendimento Educacional Especializado (AEE)? |
| 1PR - É um suporte complementar oferecido a estudantes com necessidades educacionais especiais. Após a identificação das necessidades do aluno. |
| 2PR - Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. |
| 3PR - Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidades que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. |

Fonte: autoria própria, a partir dos dados do questionário.

O Programa de Educação Inclusiva, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), determina que as redes de ensino devem garantir a matrícula de todos os alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades nas escolas de ensino regular, bem como ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os alunos público-alvo do AEE, são os alunos considerados com deficiência, sendo aqueles que possuem impedimentos de natureza física, intelectual, sensorial ou mental a longo prazo, a ponto de impedir a participação plena destes na sociedade (Milanez, 2011).

Ao longo das observações de campo, a falta de recursos adaptados e profissionais capacitados se mostraram um empecilho para uma educação de qualidade. Ficou evidenciado que muitos desses alunos precisam de apoio pedagógico individualizado, mas, pelo contrário, a realidade das escolas públicas está distante disso, e esses profissionais acabam sendo responsáveis por mais de um aluno.

O tema de outro questionamento presente na entrevista foi acerca dos desafios apresentados pelos estudantes em sala de aula, onde novamente os participantes citaram a falta de formação profissional adequada e condições inadequadas na infraestrutura das redes de ensino comum.

Quadro 6 - Respostas da 5ª questão

| |
|--|
| 5. Na sua percepção, quais os maiores desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência na sala de aula? |
| 1PR - Recursos adaptados e desafios na diferenciação do ensino são comuns. A falta de conscientização e formação adequada, além de obstáculos no transporte escolar. |
| 2PR - É a ausência de docentes especializados ou capacitados, pois os professores da sala de aula regular, precisam de estratégias pedagógicas que auxiliarão sua turma a vencer os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência. |
| 3PR - Principalmente na educação pública é a falta de recursos, desvalorização da mão de obra, condições precárias das instalações da instituição. |

Fonte: autoria própria, a partir dos dados do questionário.

A inclusão possui com um dos seus princípios a reorganização da sociedade, buscando o acolhimento de todos os cidadãos e o atendimento de todas as suas necessidades. Dessa forma, a acessibilidade física representa um elemento essencial diante da inclusão educacional, visto que permite o acesso de todos os alunos nos mais diversos espaços, permitindo assim, a participação de todos os alunos nas atividades propostas (Lopes; Capellini, 2015).

A acessibilidade física pode ser definida como a remoção de obstáculos em um determinado espaço, a qual todos possam ter acesso a ele. Entretanto, na realidade das redes de ensino comum, observa-se condições inadequadas e precárias de acessibilidade física, principalmente quanto à presença de barreiras arquitetônicas. A estrutura física da maioria das escolas foi construída há muito tempo, quando ainda não existia o paradigma da inclusão e a presença dos alunos com deficiências não era considerada nas classes regulares (Lopes; Capellini, 2015).

Outro fator relevante na inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, trata-se da manutenção da relação família-escola, onde foi o tema da sexta (6º) questão.

Quadro 7 - Respostas da 6ª questão

6. Como você percebe a relação família-escola, no que diz respeito aos estudantes com deficiência?

1PR - A escola fortalece a parceria com a família, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência.

2PR - Eles necessitam de muito apoio em casa no que se refere aos deveres escolares de maneira geral. É salutar que ambos, pais e escola caminham com um único compromisso: escolarizar bem os alunos com deficiências.

3PR - Ambas devem trabalhar em conjunto e se apoiar mutuamente. Sem a escola, a família não consegue suprir as necessidades educacionais e, sem a família, a escola não é capaz de oferecer todo o suporte emocional e afetivo que as crianças precisam para se desenvolver.

Fonte: autoria própria, a partir dos dados do questionário.

Maturana e Cia (2015) descrevem em seu estudo acerca da importância da família no processo de inclusão, em que a relação família-escola é considerada um importante fator de influência no processo de inclusão, de modo que é responsável por trazer implicações para o desenvolvimento social e cognitivo do aluno, podendo ser diretamente associada com o sucesso escolar.

Desse modo, sabe-se que a família caracteriza-se como o primeiro grupo social de um indivíduo, onde há a pré-definição de normas, regras, crenças, papéis próprios, valores, sendo considerada a primeira mediadora entre o indivíduo e a sociedade. A família, também, é considerada a responsável pela sobrevivência física e psíquica da criança, tendo em vista que esta tem como função a transmissão de valores que constituem a cultura, ideias e condutas (Maturana; Cia, 2015).

Após isso, questionou-se sobre os principais cuidados que o docente deve ter para não rotular o aluno durante o processo de inclusão, novamente, os participantes apresentaram respostas semelhantes e complementares.

Quadro 8 - Respostas da 7ª questão**7. Quais cuidados são necessários ter para, ao incluir, não rotular um aluno?**

1PR - Usar linguagem positiva, e desenvolver uma cultura escolar inclusiva. Valorizar a individualidade do aluno e a criar um ambiente educacional que respeita e celebra a diversidade.

2PR - Buscar o esclarecimento em relação às necessidades desses alunos e ao modo como eles aprendem. Tão importante quanto isso é conhecer cada um, identificando, entre outras coisas, as possibilidades e a maneira como o estudante se relaciona com os colegas e com os professores.

Fonte: autoria própria, a partir dos dados do questionário.

Durante o processo de incluir o aluno com deficiência, a escola (gestores, professores e servidores), devem, antes de tudo, reconhecer a identidade do sujeito, independente das limitações ou diferenças do aluno, preparando-se para a recepção daquele aluno. O respeito à diversidade diz sobre o ambiente escolar estar aberto e apto a oferecer condições de igualdade para todos os alunos, na qual deverá incluir todos, sem exclusões ou diferenciações (Lucio, 2021).

Durante a pesquisa de campo, um passo primordial e inicial foi a busca por conhecer melhor a aluna que seria observada e acompanhada, visando entender onde ela tinha mais dificuldades e facilidades. Cada aluno tem sua individualidade, e ao se entender isso, é possível que se tenha mais facilidade de um melhor ensinamento e compreensão sobre determinados assuntos.

Nesse sentido, ressalta-se a afirmação de Lucio (2021, p.5) de que:

a inclusão está direcionada às pessoas que possuem uma identidade e de algum modo se sentem excluídas, não está diretamente ligada apenas às pessoas com deficiência. Isto é, ao estar na condição de "incluído", esses sujeitos devem ser vistos como iguais a todos. Porém, é salutar destacar que cada um também possui a sua individualidade".

Dessa forma, na oitava e última questão, foi requerido aos participantes a menção de um momento especial vivenciado por eles durante o trabalho na área de Educação Inclusiva.

Quadro 9 - Respostas da 8ª questão

8. Poderia compartilhar um momento vivido que tenha sido gratificante e especial durante seu trabalho na área de Educação Inclusiva?

1PR - Integração social, colaboração entre os professores, família e comunidade escolar inclusiva.

2PR - Ensinar constitui a atividade principal na profissão do docente e essa deve ser compreendida como uma 'arte' que envolve aprendizagem contínua e envolvimento pessoal no processo de construção permanente de novos conhecimentos e experiências educacionais.

3PR - Me lembro de um desafio de matemática que fiz com duas meninas autistas, ambas estavam muito determinadas a vencer a competição. E por incrível que pareça a que tinha mais dificuldades foi a que ganhou, ela ficou tão feliz e ver a felicidade dela me deixou emocionada, mas muito feliz por ver ela usando técnicas desenvolvidas ali na sala de aula...

Fonte: autoria própria, a partir dos dados do questionário.

Os participantes 1PR e 2PR citaram exemplos de experiências gratificantes a partir de algumas situações específicas, tais como: colaboração entre professores, relação família-escola e, especialmente, o ato de ensinar e disseminar conhecimento para todos os alunos, sem exceção. O participante 3PR, descreveu uma vivência única experimentada por ele, durante o seu tempo de docência, na qual teve o prazer de observar duas alunas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), realizarem um desafio proposto em sala de aula, na qual uma delas ganhou o desafio e demonstrou-se muito feliz com a conquista.

As respostas dos participantes durante a entrevista proposta por esse trabalho, demonstraram semelhanças entre si e antes de tudo, semelhanças com o que a literatura aborda sobre a inclusão de alunos com deficiência, principalmente acerca do desenvolvimento de metodologias pedagógicas específicas para os alunos de acordo com a sua individualidade e também pensando no coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do exposto, observa-se que os princípios da Educação Inclusiva requerem dos profissionais da escola o trabalho com metodologias específicas e aplicadas a cada aluno a partir da individualidade de cada um. Neste contexto, a reestruturação do plano de ensino e do currículo escolar é essencial para garantir a inclusão destes alunos e um ensino de qualidade. A base da atividade educativa inclusiva é reconhecer e levar em conta as diferenças dos outros em sua particularidade.

Destacou-se como um dos principais desafios para o estabelecimento de uma educação inclusiva a falta de preparação profissional dos professores, na qual exige-se que para garantir o sucesso de aprendizagem destes alunos, os educadores devem recorrer a especialização, busca de conhecimentos específicos, além de procurar recursos metodológicos que auxiliem a aplicação dos conteúdos em sala de aula.

Sabe-se que há muito caminho para ser percorrido até as escolas regulares atingirem uma educação verdadeiramente inclusiva, todavia, a partir das respostas obtidas durante a entrevista, foi possível observar que esta realidade não está longe, uma vez que os participantes demonstraram entendimento pleno em relação a todas as perguntas realizadas, discorreram sobre fatores que influenciam negativamente na aplicação de uma educação inclusiva, bem como, relataram acerca de exemplos de atividades que permitem a inclusão dos alunos com deficiência no meio escolar.

Os colaboradores afirmaram que é essencial o desenvolvimento de recursos didáticos adaptados, avaliações acessíveis, capacitação de professores, apoio pedagógico especializado, colaboração entre os professores, servidores e gestores. Além disso, é necessário ter conhecimento acerca do perfil dos alunos, entender as individualidades presentes entre os alunos e integrá-los. Quanto às dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência, foi descrita a ausência de profissionais especializados/capacitados, falta de recursos adaptados, diferenciação no ensino, falta de recursos de infraestrutura escolar, desvalorização da mão de obra e condições precárias nas instalações da instituição.

Apesar das dificuldades mencionadas, notou-se que a inclusão abre a percepção de todos os professores participantes da pesquisa, sobre a importância de priorizar as diferenças e respeitá-las. A inclusão eficiente no ensino regular, depende principalmente de métodos, técnicas e processos avaliativos que contemplem as

capacidades, habilidades e particularidades de cada aluno, sendo importante que estes mecanismos não sejam de segregação ou evidenciação de diferenças entre os alunos.

Vale mencionar que uma das dificuldades para a execução dessa pesquisa durante esse período foi o questionário ter sido online, pois foi perceptível que algumas respostas se tornaram limitadas. Apesar de haver congruência entre os achados de pesquisa e literatura, acredita-se que se a entrevista ocorresse de forma presencial, os participantes poderiam ter trazido mais elementos e tornando a experiência mais rica. Soma-se a isso o quantitativo reduzido de participantes. Apesar dos inúmeros esforços, tentativas e contatos, não foi possível alcançar mais participantes. No entanto, acredita-se que as respostas obtidas, juntamente com as observações feitas, trouxeram contribuições significativas para o debate sobre a educação inclusiva no município de Açailândia-MA.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL/MEC. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de Dezembro de 1996.
- CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5o edição. São Paulo: Cortez 2001.
- Correia, C. S. **O desafio da inclusão no ambiente escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR**. Monografia (Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Pólo UAB do Município de Nova Londrina, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.
- DURVAL, Jorge L. M. **Inclusão de pessoas portadora de deficiência no mercado de trabalho: desafios e tendências**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade federal do Rio Grande do Sul, Portalegre, 2006.
- DUTRA, A. B. **A inclusão de crianças especiais na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura plena em Pedagogia) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- FRIAS, E. M.; MENEZES, M. C. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao professor do ensino regular**. 2008.
- GABELONI, C. C. **Inclusão de alunos com necessidades especiais: uma reflexão de processos para formação continuada de professores**. Monografia (Pós-Graduação em Gestão Educacional) - Faculdade de Santa Maria, Cruzeiro do Oeste, 2009.
- JESUS, D.M. et al. Tensões entre conhecimentos comuns e específicos no processo de escolarização de alunos com deficiência no contexto da inclusão escolar. **Revista Linhas**, v. 16, n. 31, p. 61–80, jul., 2015,
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LUCERO, J. B. Et al. **Educação inclusiva nas escolas regulares: desafios e perspectivas**. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Instituto de Matemática, Estatística e Física, 2019.
- MATURANA, A. P.; CIA, F. **Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise produção científica de teses e dissertações**. *Psicol. Esc. Educ.*, v. 19, n. 2, mai/ago, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema.** MTE Mantoan, 2015.

MENDES, E.G. **Caminhos da Pesquisa sobre Formação de Professores para a Inclusão Escolar.** In: MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; HAYASHI, M.C.P.I (Orgs.). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: Capes-Proesp, 2008. p. 75-82. ISSN 978-85-86305-67-2.

MILANEZ, M. C. **O atendimento educacional especializado como ação de respeito à diferença.** Monografia (Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Faculdade UAB, Itapetininga, 2011.

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. **Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais.** *Rev. Educ. Espec.*, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 333-348, maio/ago. 2012.

OLIVEIRA, F. R. Et a. O papel do professor na educação inclusiva. **Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019.** Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/61526>>. Acesso em: 12/06/2023.

PEREIRA, C. O.; SANTOS, T. S. Desafios e perspectivas na inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro: um relato de experiência. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 7, n. 2, p. 129-138, Jul.-Dez., 2020.

PEREIRA, M. D.; SILVA, J. P. Psicóloga(o) Escolar na Educação Inclusiva: Contribuições e Perspectivas da Profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42 (n.spe), e263525, 1-15, 2022.

PINHEIRO, M. C. **Inclusão escolar: um olhar para as pessoas com deficiência.** Monografia (Curso de Pedagogia) Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2020.

ROCHA, A. B. **O papel do professor na educação inclusiva.** *Ensaio Pedagógico*, v.7, n.2, Jul/Dez, 2017.

SAMUEL, A. D. Et al. **CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO: IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.** Faculdade São Luís de França, 2016.

SANTOS, F. P.; KLEIN, M. **O TRABALHO COLABORATIVO E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.** XVII Congresso de Iniciação Científica, nov., 2008.

SILVA, D. C.; MIGUEL, J. R. Práticas Pedagógicas Inclusivas no Âmbito Escolar. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, v.14, n. 51, p. 880-894, Jul., 2020.

SILVA, L. F. Et al. **TRABALHO COLABORATIVO, GESTÃO DO CONHECIMENTO E INCLUSÃO ESCOLAR: ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**. VI Congresso Nacional de Educação, out., Maceió, 2020.

SIQUEIRA, B. A.; FERREIRA, M. C. **O professor e sua relação com os alunos com necessidades educacionais especiais: o dia a dia da sala de aula**. 2021.

SCHENEIDER, D. **A inclusão de profissionais com deficiência no ambiente de trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração), Universidade de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, 2019.

VIOTO, J. R.; VITALIANO, C. R. **O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais**. Dialogia, São Paulo, n. 33, p. 47-59, set./dez. 2019.

VITALIANO, C. R.; DALL'ACQUA, M. J. **Análise das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura em relação à formação de professores para inclusão de alunos com necessidades especiais**. Revista Teias v. 13 • n. 27 • 103-121 • jan./abr. 2012.

VYGOSTSKY, L. S. **Obras Escogidas - V: Fundamentos de defectologia**. Madrid: Machado Nuevo Aprendizaje, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de questionário

Questionário - INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS: um estudo de caso em uma escola de rede pública do município de Açailândia- MA.

1. Qual a importância do trabalho docente colaborativo em uma educação inclusiva de qualidade?
2. Como você faz para planejar atividades e avaliar a aprendizagem dos alunos com deficiência?
3. Na sua opinião, quais os suportes essenciais para alunos com deficiência?
4. Como funciona o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?
5. Na sua percepção, quais os maiores desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência na sala de aula?
6. Como você percebe a relação família-escola, no que diz respeito aos estudantes com deficiência?
7. Quais cuidados são necessários ter para, ao incluir, não rotular um aluno?
8. Poderia compartilhar um momento vivido que tenha sido gratificante e especial durante seu trabalho na área de Educação Inclusiva?

Apêndice B- Roteiro de Observação

Transcrição de registros das observações feitas através do estudo de campo:

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS: um estudo de caso em uma escola de rede pública do município de Açailândia- MA.

Durante as observações feitas na pesquisa de campo, acompanhei uma aluna do 5º ano, ensino fundamental diagnosticada com TEA, ela não tinha uma cuidadora desde o início do ano letivo, e durante o período que passei lá a professora fez o pedido de uma cuidadora, relatando a situação do caso.

É perceptível o quanto a criança necessita de uma pessoa para auxiliar em suas atividades. A aluna de início não permanecia em sala de aula, passava a maior parte do tempo na sala da supervisão ou no pátio. Ela queria realizar as atividades de funcionários e se intitulava como ajudante da supervisão. As atividades eram coladas do caderno, mas não realizadas. A professora instigava a sua participação em sala de aula, mas não funcionava, pois ela se sentia inquieta. Como a turma era com alunos do 5º ano, ela não acompanhava os conteúdos passados em sala e não fazia as mesmas atividades que os demais.

Nos primeiros dias comecei a ajudá-la na realização das atividades que não tinham sido feitas pela mesma, eram atividades xerocopiadas nível educação infantil. A falta de recursos pedagógicos nessa área prejudica uma melhor educação e facilitação de aprendizagem.

Assim que comecei a realizar as atividades com ela, foi constatado seu interesse em concluir todas, assim que finalizamos ela queria ir atrás de mais atividades para serem feitas. Mesmo que as atividades eram consideradas relativamente fáceis, era notório sua atenção e interesse em aprender.

A importância de um apoio pedagógico individualizado é notória quando se está presente em uma sala com mais de 20 alunos, incluindo crianças com deficiências e somente uma professora. Desse modo, é de suma importância profissionais capacitados na área para um melhor aprendizado dos alunos e uma inclusão de melhor aproveitamento educacional.

Durante essa pesquisa de campo foi evidente a importância que a família tem para uma melhor educação, visto que contribui para o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência, diante disto é essencial trabalharem em conjunto.

Ao final, a Aluna foi permanecendo mais tempo em sala de aula realizando com meu auxílio suas atividades, tornando-se mais participativa.